

ATA N.º 01/2018

---- Reunião ordinária do dia dez de janeiro de dois mil e dezoito.-----

---- No dia dez de janeiro de dois mil e dezoito, na vila de Sever do Vouga, edifício dos Paços do Concelho e salão nobre, reuniu o órgão executivo ordinariamente, com a presença de Luís Figueiredo Martins, Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro para redação da respetiva ata.-----

---- Foram registadas as seguintes presenças: António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-Presidente; Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Ricardo Manuel Tavares da Silva, Maria Elisabete Martins Henriques e Raul Alberto da Conceição Duarte, Vereadores.-----

---- A reunião foi declarada aberta às quinze horas e dez minutos, tendo sido dispensada a leitura da ata da reunião anterior, por ter sido enviada uma cópia, previamente, a todos os membros que estiveram presentes naquela reunião, depois de ter sido aprovada e assinada em minuta no final da mesma.-----

---- A ata da reunião anterior foi aprovada, por maioria, pelos membros António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo e Raul Duarte, com uma abstenção de Ricardo Silva, que disse considerar que a ata estava demasiado resumida.-----

O presidente da Câmara Municipal disse que iriam ser mais completas as atas seguintes.--- Pedro Lobo interveio para dizer que, como procedimento futuro, sempre que entender que a ata não contiver um resumo do essencial daquilo que se tiver passado, irá votar contra.---

Ordem de Trabalhos

- **Proposta Ratificação Ofertas**

Período de Antes da Ordem do Dia

Resumo Diário de Tesouraria:

Em 04 de janeiro, o “Resumo Diário de Tesouraria” apresentava os seguintes valores: operações orçamentais = € 2 575 688,40 (dois milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e oito euros e quarenta centésimos) e operações não orçamentais = € 644 705,85 (seiscentos e quarenta e quatro mil, setecentos e cinco euros e oitenta e cinco centésimos).-----

Fundos Disponíveis: - Os fundos disponíveis nesta data eram de € 4 116 748,17 (quatro milhões, cento e dezasseis mil, setecentos e quarenta e oito euros e dezassete centésimos).----

Correspondência:

1) **Postal Boas Festas:** - A Câmara Municipal tomou conhecimento do postal de boas festas enviado, ao órgão executivo, pelo membro da Assembleia Municipal António Monteiro. O presidente da Câmara Municipal explicou que, embora o município tivesse recebido muitos postais de boas festas, este vinha direcionado aos vereadores do órgão executivo.-----

Intervenções:

Ricardo Silva apresentou uma moção relacionada com o encerramento do serviço de atendimento complementar do Centro de Saúde.-----

O presidente da Câmara Municipal pediu que o vereador explicasse a moção apresentada.-- Ricardo Silva explicou que a moção tinha sido elaborada por si, e que o documento (arquivado junto dos documentos desta reunião) aconselha que a Câmara Municipal, junto do Ministério da Saúde, faça algumas perguntas, por exemplo, se o atendimento encerrou, qual o motivo e se o mesmo se baseou na indisponibilidade de profissionais médicos, entre outras.-----

O presidente da Câmara Municipal disse que iria responder, por escrito, ao documento apresentado. Mais disse que, a Câmara Municipal não estava parada em relação ao assunto, desde a altura em que tinha sido anunciado o encerramento daquele serviço, e que, a informação transmitida pelos órgãos competentes é que se trata de um encerramento temporário por falta de meios e que é necessário aguardar que reponham a situação. Informou estar-se numa fase de discussão de transferência de competências há quase três anos e que, embora a Câmara Municipal não seja competente para gerir os problemas da saúde, preocupa-se com esses assuntos e tem-no feito, não só ao nível do funcionamento do Centro de Saúde como o tem feito com os postos de saúde das freguesias.-----

Pedro Lobo interveio para pedir, novamente, a lista atualizada das associações com as respetivas moradas. Pediu que fosse disponibilizada, semestralmente ou trimestralmente, a

listagem de todas as aquisições de bens e serviços efetuadas desde o dia 1 de outubro de 2017. Finalmente, para terminar a sua intervenção, leu o documento que se junta à presente ata e vai ser arquivado com os demais documentos desta reunião, no qual constavam pedidos e questões a colocar ao presidente da Câmara Municipal, sobre adjudicações de bens e serviços, e, principalmente, sobre a questão do encerramento do serviço de acompanhamento complementar do Centro de Saúde, para o qual apresentavam os vereadores do PSD um pedido de restabelecimento do Atendimento Complementar. ----
O presidente da Câmara Municipal disse que iria responder, por escrito, às questões colocadas pelos dois vereadores. Mais disse que, aceitava a moção apresentada pelo CDS para ser respondida por escrito.-----

Ricardo Silva disse que a moção era para ser aprovada, porque era uma proposta que tinha apresentado ao executivo.-----

Almeida e Costa fez uso da palavra para dizer que, em termos regimentais, o documento apresentado tratava-se de uma proposta/requerimento, e não de uma moção, estando dirigida ao senhor presidente da Câmara Municipal.-----

O presidente da Câmara Municipal disse aceitar o documento como um pedido de esclarecimentos, ao qual irá responder.-----

Ricardo Silva interveio para solicitar o envio do documento que comprova a aquisição dos artigos promocionais adquiridos à Agim e, ainda, a fatura da Agim ter comprado a alguém. Informou que lhe tinham chegado vários relatos acerca dos animais errantes na vila, e no concelho de Sever do Vouga, e que as pessoas têm feito chegar esses relatos ao executivo da Câmara Municipal. Perguntou se o executivo estava a fazer alguma coisa para resolver o problema, ou, se tencionava fazer alguma coisa e, se sim, o quê.-----

O presidente da Câmara Municipal disse que os animais errantes era um grande problema que já vinha de há alguns anos. Disse ter já contactado outros municípios para saber como é que fazem e se têm soluções para o problema, mas que não existia uma solução fácil. Informou que, antigamente, os animais apanhados iam para um canil e, se no final de uma semana não fossem adotados, eram ostracizados, de acordo com a lei. No entanto, agora, a lei não permite o abate de animais a não ser que sejam comprovadamente possuidores de alguma doença que possa contaminar ou provocar danos às pessoas, se não, são instalados nos canis. Disse que, de acordo com a lei, os canis passaram a centros de recolha de animais, instalações que devem cumprir com as exigências da lei e nenhum município tem um centro de recolha oficial de animais (CROA). Informou que, na CIRA, existe um plano de criação de CIROAs (centro intermunicipal de recolha oficial de animais) que serão instalados em três dos onze municípios, Águeda, Ovar e Aveiro, para abranger toda a rede de norte a sul. Disse estar-se a ultimar projetos para a candidatura ao quadro comunitário para, depois, avançar-se com a construção dos CIROA que, nalguns casos, é a reconversão dos centros existentes. Disse que, enquanto se aguarda a construção dos CIROA, o município vai apanhando alguns animais para colocação no abrigo da associação de proteção animal, mas que o problema é conseguir apanhá-los.-----

Paulo Martins perguntou se a associação tinha um centro de recolha não oficial.-----

O presidente da Câmara Municipal disse que a associação tinha apresentado uma candidatura ao orçamento participativo e que o seu projeto para o melhoramento do abrigo tinha sido aprovado, e que se tratava de um centro de acolhimento onde os animais possam estar temporariamente para poderem ser adotados.-----

-----Período da Ordem do Dia-----

Proposta Ratificação Ofertas: - Foi presente uma proposta do presidente da Câmara Municipal para a ratificação de despesas tidas com a oferta de produtos regionais a diversas entidades, num total de € 749,13 (setecentos e quarenta e nove euros e treze cêntimos).-----

O vereador Pedro Lobo perguntou porque é que aquele assunto era analisado em reunião de Câmara.-----

O presidente da Câmara Municipal explicou que, de acordo com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para aprovar aquele tipo de oferta é do órgão executivo.-----

Analisada a proposta, o órgão executivo ratificou, por unanimidade, as referidas despesas tidas com a oferta de produtos regionais.-----

Votação: A favor - António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

-----Período Destinado ao Público-----

Não houve qualquer intervenção.-----

---- Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta reunião, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu.-----

